

Artigo

Diálogos entre História e Educomunicação: Contribuições para o Ensino de História

Abigail Ferraz*

Cristina Cavalcanti**

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade colaborar com o ensino de História, agregando às propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que firmou as competências e princípios norteadores do ensino de História, outro olhar advindo da Educomunicação para o desenvolvimento em sala de aula das competências curriculares do componente de História. Desde a apresentação de sua primeira versão, em outubro de 2015, a BNCC gerou polêmicas e debates entre os agentes educadores brasileiros. Em 2017, após consultas públicas e inúmeras contribuições de diversos setores da educação, sua terceira e última versão foi homologada, firmando um compromisso interfederativo para garantir as aprendizagens, conhecimentos e competências básicas que são direito de todos os estudantes. Apesar da construção da base ter chegado a consenso, suas formas de implementação real nas salas de aula ainda geram dúvidas. A Educomunicação, campo de intervenções interdisciplinares, traz em seus princípios reflexões e propostas de ações que podem colaborar muito com o Ensino de História nas salas de aula no processo de formação de sujeitos históricos, críticos e ativos sobre sua realidade e em contato e comunicação com o passado histórico. Partindo de uma leitura e análise crítica do documento da BNCC, leituras e fichamentos de artigos sobre Educomunicação, esperamos ao final do trabalho ter ampliado os conhecimentos acerca da Educomunicação e encontrado contribuições que auxiliem os professores de História em sua jornada de análise, prática e reflexão sobre o ensino de História.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Ensino de História. Educomunicação.

Dialogues between History and Educommunication: Contributions to History Teaching

Abstract

The objective of the present work is to contribute with the history teaching, adding to the proposals of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC), which established the competences and guiding principles of the history teaching, another look coming from Educommunication for the classroom development of curricular competences of the history component. Since the presentation of its first version, in October 2015, BNCC generated controversies and debates among Brazilian educators. Nowadays, after public inquiries and several contributions from various sectors of education, its third and last version was homologate, establishing a commitment between federations to ensure learning, knowledge and basic skills that are the right of every student. Despite the construction of the base has reached an agreement, its methods

of actual implementation in classroom still generates doubts. The Educommunication, area of interdisciplinary interventions, brings in its principles reflections and action proposals that can collaborate with the history teaching in classrooms in the formation process of historical subjects, critical and active about its reality and in touch and communication with the historical past. Starting from a reading and a critical analysis of the BNCC document, after the readings and file archiving, we are going to cross the data of the sources in order to point out the considerations and possible conclusions of the study.

Keywords: Common National Curriculum Base. History Teaching. Educommunication.

* Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

** Mestre em Educação. Unilasalle. E-mail: crisccavalcanti@gmail.com.

Em 2017, o ensino de História e a educação básica brasileira receberam a versão final e homologada de um importante documento, que traz em si os conhecimentos e competências essenciais e que são direitos de todos os educandos brasileiros: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A necessidade de uma Base Nacional Comum aparece em nossa legislação desde 1988, com o artigo 210 da Constituição Federal. Desde então, essa necessidade vem sendo reafirmada e defendida em outras leis e diretrizes, como no artigo 26 da Lei 9394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), e novamente em 2014 pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a elaboração da BNCC.

Em 2015 começaram os esforços conjuntos para a construção da BNCC, que contou com a participação de diversos setores, órgãos e grupos ligados à educação, assim como entidades da sociedade civil. Como campo de disputas e tensões que é a educação, a construção da Base gerou debates e polêmicas em suas diversas etapas de elaboração. Em abril de 2017, sua terceira e última versão foi enviada para a homologação, concluindo os debates acerca de sua construção, porém levantando novas questões e

reflexões sobre seu desenvolvimento e implementação prática nas salas de aula das escolas brasileiras.

A partir da homologação, que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2017, e começo da implementação da BNCC, o ensino, as áreas de conhecimento e os componentes curriculares passam a ter uma nova orientação e competências próprias que guiarão a elaboração de currículos, planos políticos pedagógicos e práticas educacionais em sala de aula. Tornando-se necessárias novas reflexões e análises sobre como colocar em prática tais propostas, sem perdermos a criticidade em relação a elas.

Neste artigo, vamos falar sobre as competências e princípios norteadores do ensino de História presentes na BNCC, buscando no campo da Educomunicação pontos de contato que contribuam para a reflexão, análise crítica e desenvolvimento das propostas da Base.

A Educomunicação é um campo interdisciplinar, surgido no contexto latino americano, que, partindo da interface de dois campos historicamente distintos, busca construir uma terceira via de protagonismo, criticidade, justiça e transformação social através do desenvolvimento de novas formas democráticas de comunicação, acesso e produção midiáticas. Com posição e objetivos claros de dar acesso ao direito de comunicação a todos que tradicionalmente foram silenciados, esse paradigma possibilita repensar e romper com as rígidas estruturas de comunicação baseadas nas relações de poder. Divulgando a ideia de que não devemos apenas ter acesso à informação, mas também devemos ser capazes de nos posicionarmos de maneira crítica e nos reconhecemos como seres políticos, históricos e sociais capazes de agirmos e transformarmos nossa realidade, a Educomunicação valoriza os sujeitos e suas ações, o protagonismo que gera a transformação, a comunicação que transforma as relações sociais (SOARES, 2000).

Acreditamos que a Educomunicação possibilita repensar e construir uma nova escola, que age em prol do desenvolvimento e autonomia intelectual do aluno, formando indivíduos capazes de construir o próprio saber e principalmente estimulando outros indivíduos a fazerem o mesmo. Trazer as

contribuições desse novo campo para o ensino de História possibilita novas formas de socialização em sala de aula, construção dos saberes, comunicação e diálogo com o passado histórico.

Sendo assim, organizamos o trabalho em três capítulos: o primeiro deles tem o objetivo de discorrer sobre as propostas da BNCC para o componente curricular de História; o segundo, busca apresentar os princípios norteadores do paradigma da Educomunicação que acreditamos serem pertinentes ao tema; o terceiro e último capítulo desenvolve o diálogo entre os dois campos, buscando pontos de contato e contribuições mútuas. Ao final do trabalho esperamos ter ampliado os conhecimentos acerca da Educomunicação e encontrado contribuições que auxiliem os professores de História, e suas áreas afins, em sua jornada de análise, prática e reflexão sobre o ensino desse conhecimento.

O ensino de história pela BNCC

Brevemente, antes de nos determos às especificidades do ensino de História, é importante fazermos um panorama do processo de construção da base e de suas noções norteadoras.

A construção de uma Base Nacional Comum está prevista em nossa Constituição Federal desde 1988, que em seus artigos 205 e 210 expressa o direito subjetivo à educação e a necessidade da criação de uma base comum para os currículos.

Em 1996, nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ressaltou essa necessidade e trouxe embasamentos acerca da responsabilidade da União sobre isso e a importância da colaboração com os Estados e Municípios. Além da importante noção de que “as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos” (BNCC, 2017, p. 12).

A partir dessas duas leis que calcificam a educação brasileira, outros documentos também reafirmaram e trouxeram contribuições para a construção da Base, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e os

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Por fim, em 2014, a questão surge como uma urgência à educação brasileira, quando entrou como meta do Plano Nacional de Educação (PNE).

Finalmente, após anos de embasamento legal, em 2015 começaram os esforços para a construção da BNCC, organizada, de forma sucinta, na linha do tempo abaixo:

Figura 1- Linha do Tempo da BNCC



Disponível em: <https://goo.gl/TeoKwq>. Acesso em: 07 jan. 2017.

Em 20 de dezembro de 2017 temos a homologação da BNCC e o início do processo de sua implantação.

Segundo o próprio documento da BNCC (2017, p.5):

Trata-se, portanto, da implantação de uma política educacional articulada e integrada. Para isso, o MEC será parceiro permanente dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, trabalhando em conjunto para garantir que as mudanças cheguem às salas de aula. As instituições escolares, as redes de ensino e os professores serão os grandes protagonistas dessa transformação (BNCC, 2017).

A aplicação prática da BNCC ocorrerá em regime de colaboração de todos aqueles entes que contribuíram com a sua construção. Sem esquecermos que as decisões e atitudes dos educadores frente a isso fazem toda a diferença nos resultados finais.

O caráter integrador e homogeneizador da BNCC está fundamentado em uma preocupação com as desigualdades educacionais históricas da educação brasileira, que vão desde ao acesso e permanência na escola, até o

desenvolvimento de competências comuns. Diante disso, a BNCC se apresenta como um documento dos direitos essenciais de todos os educandos brasileiros. De acordo com a LDB, ela regerá a educação escolar pública e privada em todas as suas modalidades e etapas, sendo a referência básica e obrigatória para a elaboração dos currículos e projetos políticos pedagógicos da educação básica.

A BNCC se orienta pela noção do desenvolvimento de competências comuns, definindo competência como:

a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2017, p. 8).

O uso da noção de competências por parte da BNCC a coloca em consonância com os enfoques educacionais internacionais e demonstra a preocupação com uma educação integral, não no tempo em sala de aula, mas com uma formação humana consciente e participativa, o que significa:

assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BNCC, 2017, p. 15).

As competências são divididas em três, todas em diálogo entre si: competências gerais da Base, competências de área de conhecimento e competências específicas por componente curricular.

O componente curricular de História conta com sete competências específicas:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das

estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BNCC, 2017, p. 400).

Ao analisarmos essas competências, conseguimos enxergar preocupações pertinentes à produção do conhecimento histórico e ao trabalho do historiador, assim como questões socioculturais, políticas e comunicacionais que fazem parte da educação no século XXI.

A BNCC deixa claro que o conhecimento histórico desenvolvido nas salas de aula deve ser pertinente ao contexto, à vida e às experiências dos alunos. Segundo o documento, “o passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual.” (BNCC, 2017, p. 395).

Devendo ser pertinente e prático, o saber histórico se constrói a partir de três importantes noções: o eu, o outro e o nós, e são “em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós –, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação” (BNCC, 2017, p. 396).

A importância de compreender o outro, as diferentes temporalidades, espaços e realidades, reconhecendo que tudo isso produz diferentes percepções sobre um mesmo fato histórico demonstra a necessidade de se educar para

uma sociedade mais humana, justa, inclusiva e preocupada com o respeito à diversidade.

Além de levantar questões de caráter formativo dos sujeitos, segundo a BNCC (2017, p. 397) “docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental” (BNCC, 2017). Para garantir o desenvolvimento da atitude historiadora, a Base apresenta competências que garantam ao aluno conhecimento sobre os processos teóricos e metodológicos de produção do saber histórico. Ou seja, não basta somente refletir sobre a informação recebida acerca do passado, o aluno precisa ter embasamento para criticar as formas de construção da informação que chega até ele e ser capaz de produzir conteúdos históricos, reconhecendo-se como sujeito histórico, como somos todos nós.

A apropriação das diferentes linguagens e ferramentas midiáticas como formas de inserção social demonstram a preocupação com o falar, o ouvir e o fazer ouvir as diferentes vozes dos atores sociais na era da informação.

As sete competências, juntamente com o restante da Base, orientam não só a formação integral dos sujeitos, mas contêm em si uma proposta de sociedade baseada em princípios democráticos, igualitários, de respeito, solidariedade e principalmente com grandes possibilidades de transformação.

Educomunicação

Ao longo da história, educação e comunicação se constituíram campos distintos e de certa forma até opostos. O primeiro, marcado pela intervenção e regulação estatal, organizando-se sob leis, diretrizes que normatizam e hierarquizam sua área de atuação. Enquanto o segundo busca o oposto disso, liberdade de expressão e desvinculação das burocracias estatais.

Na década de 1930, na Europa e na América do Norte, os debates entre os dois campos emergem com a necessidade de uma Educação Midiática, que se desenvolveu em torno de duas vertentes de pensamento: a moral e a cultural. A vertente moral, como o próprio nome já diz, preocupou-se com as questões morais e os “perigos” que envolvem a mídia, educação e infância, principalmente em suas relações com o consumo, como explica Soares (2014, p. 21):

A permanência desta corrente apoia-se no entendimento de que a liberdade de expressão não pode, sob qualquer hipótese, suprimir o direito da infância e da juventude em contar com uma produção midiática de qualidade, elaborada a partir do conceito de responsabilidade social (SOARES, 2014).

A vertente cultural enxerga a mídia como parte da cultura das sociedades contemporâneas, que possui, sim, seus perigos, mas que a proteção e a educação para essas mídias deveriam ocorrer através da informação. Sendo assim, “uma criança ou jovem que tenha acesso a informações sobre a mídia ficará imune a seus excessos, especialmente os que exercem efeitos psicológicos sobre sua formação” (SOARES, 2014, p. 21). Nos países da Europa e da América do Norte surgiram políticas públicas para promover a educação midiática, que chegaram, inclusive, aos currículos da educação formal.

O contexto latino americano realizou esse debate por uma terceira vertente: a mediática ou educacional. Reconhecendo a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, essa vertente busca “educar pela comunicação e não para a comunicação” (SOARES, 2000, p. 20), ou seja, prevê uma educação comunicativa, que utilize a mídia, mas não se limite a ela. Com posição política e ideologia bastante claras, a vertente desenvolve a ideia de “universalização ao direito à comunicação, trabalhando para garantir a todos os sujeitos sociais, através da educação, o acesso à palavra, tradicionalmente negado aos mais pobres e excluídos” (SOARES, 2014, p. 21), buscando que “antes de tudo, as pessoas se constituam autoras de sua existência individual e co-autoras de nossa existência social” (SOARES, 2006, p. 8).

O conceito de Educomunicação começou a ser definido em 1999, porém as práticas educacionais já existiam décadas antes, como por exemplo, o *Plan Deni* desenvolvido em 1968. Segundo Soares (2000, p. 24):

Trata-se de um campo voltado para o planejamento e execução de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo a criação e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos mediados pelos processos de comunicação e por suas tecnologias (SOARES, 2000).

Orientado pela proposta de educação popular de Paulo Freire, “alterar a realidade em que se vive é o objetivo principal da Educomunicação” (SOARES, 2006). Portanto, tem como visão possibilitar a justiça social através da comunicação, das mídias, da educação e das diversas formas de expressão para construir uma nova forma de conviver socialmente.

Na cidade de São Paulo, o projeto “Educomunicação pelas ondas do Rádio (Educom. rádio)” nos mostra a possibilidade de ações educacionais na educação formal. De lá pra cá, outras experiências vêm demonstrando o sucesso deste paradigma no desenvolvimento de estudantes cidadãos, atores dentro de suas escolas e comunidades.

A partir do paradigma da Educomunicação nos é possibilitado repensar o que já foi pensado sobre educação, comunicação, juventude e mídias, rever nossas formas de atuação na sociedade e, sobretudo, refletir sobre o ideal de sociedade que pretendemos semear para o futuro.

Diálogos

A Educomunicação e o ensino de História têm seus pontos de contato, uma vez que têm preocupações comuns que giram em torno da formação do sujeito histórico, social e principalmente, protagonista e ator social. Além disso, “comunicação e educação, assim como a educomunicação, são áreas do saber que possuem a ação como seu elemento inaugural” (PACHECO; DOS SANTOS, 2016, p. 47).

A Educomunicação possibilita uma nova relação com a construção dos saberes e entre os produtores do saber, pois reconhece e valoriza a importância dos diferentes sujeitos no processo educativo, investindo no autoconhecimento, nas relações com o outro e com o meio em que se vive. Despertar o protagonismo e modificar as estruturas desiguais de acesso à comunicação são importantes contribuições da Educomunicação para o ensino e para a sociedade.

Em situações de aprendizagem educacionais não se compreendem visões unilaterais, mas, sim, o diálogo entre os diferentes saberes e o reconhecimento das diferentes vozes. Portanto, não buscamos aqui criar modelos universais de como promover ecossistemas comunicativos midiáticos, mas mostrar que, promovendo espaços de comunicação horizontal e democrática em sala de aula, poderemos contribuir com a formação de sujeitos mais autônomos, protagonistas, embasados e com consciência social, bem como encorajar professores/as mediadores/as, que não têm receio de abrir espaço para o diálogo, pois enxergam nisso infinitas possibilidades de crescimento mútuo, seu e de seus educandos.

Para desenvolver as competências que prevê a BNCC, o aluno precisa ter espaço para exercitar a compreensão, reflexão, comunicação e construção do próprio conhecimento. A “atitude historiadora” a que nos incita a BNCC, em tudo dialoga com o ideal de “saber e saber fazer” da Educomunicação. Ou seja, ter a informação, utilizá-la da melhor forma possível e ser capaz de produzir sua própria leitura da informação. O sujeito deve ser receptor e produtor na era da informação.

É preciso ter coragem e atitude para romper com as relações de poder autoritárias dentro do ambiente escolar, pois este tipo de relação e comunicação vertical faz parte das estruturas burocráticas estatais. O que propomos aqui, não é desorganizar a educação formal, mas repensar ações e processos de comunicação que possibilitem o crescimento e a melhoria das relações interpessoais dentro da escola, que resultem em avanços na aprendizagem dos alunos. A escola deve fortalecer e ampliar a capacidade de

expressão dos alunos, aguçar contradições, pois educar é um ato constante de construção e reconstrução e não um espaço de repetição do senso comum. Conviver com o conflito faz parte de um espaço educ comunicativo, pois as vozes, ideias e percepções sobre um mesmo fato são múltiplas, o que permite compreendê-lo sob diferentes pontos de vista. Com práticas na Educomunicação, acredita-se em possibilidades para os sujeitos transformarem suas vidas e atingirem de forma positiva a vida do próximo.

Em relação às mídias e ferramentas tecnológicas, é importante compreendermos que a preocupação deve ser com a forma de comunicar, independente da tecnologia, ou seja, como eu estou me comunicando, falando e ouvindo os estudantes. Nesse processo, a tecnologia é uma ferramenta. O sucesso do uso das tecnologias no processo educativo está atrelado a uma comunicação horizontal entre professores/as e alunos/as.

O desenvolvimento destas novas formas de diálogo no presente auxilia a dar significado e ressignificar o passado histórico. O encontro entre os dois campos possibilita novas relações com o passado e os sujeitos históricos de outros tempos.

A constituição do sujeito histórico, presente na BNCC, envolve transformar nossa forma de enxergar o mundo, isto exige não permanecermos iguais, estarmos abertos à transformação.

Trabalhar a sensibilidade, as incertezas e a autonomia intelectual dos sujeitos, buscando desenvolver seu senso de pertencimento histórico e social são preocupações que ligam os dois campos, garantindo espaço para o diálogo e contribuições mútuas.

Considerações finais

Esperamos que ao longo deste trabalho, os diálogos propostos entre os dois campos do saber tenham contribuído para esclarecer questões e levantar outras, que levem os debates sobre o Ensino de História, a BNCC e a Educomunicação adiante.

Apesar de a BNCC ser um documento que normatiza a educação, fazendo caminho oposto à Educomunicação, que surgiu nos movimentos sociais, encontramos nela propostas que privilegiam o desenvolvimento de espaços educacionais no ambiente escolar. Isto é, a comunicação e o espaço de autonomia de estudantes estão sendo visados pela BNCC. Acreditamos que, embasados pelo paradigma da Educomunicação educadores poderão colocar em prática tais propostas. A educação formal precisa modificar suas estruturas de comunicação, desenvolver novos espaços de fala cada vez mais democráticos, horizontais e abertos, para que se alcance a formação de sujeitos diferentes, que busquem construir uma sociedade diferente.

Como a própria BNCC afirmou, o passado histórico precisa ter relação com o nosso presente para ter sentido e significado prático em nossas vidas. Sendo assim, melhorando nossas relações no presente, abrimos espaço para novos olhares sobre o passado histórico, não recheados de senso comum e anacronismos, mas atentos a compreender e ouvir o que os outros, que viveram antes de nós, têm a nos dizer sobre o seu tempo, sua realidade.

Entender que o processo educativo também é um processo de comunicação nos ajuda a buscar pontos de contato entre dois campos, que à primeira impressão podem parecer distantes. Ambos têm preocupações comuns com o sujeito, sua autonomia, formação política, social e intelectual. A Educomunicação vê nas diversas formas de expressão e ferramentas tecnológicas, modos de desenvolver esse sujeito, enquanto, o ensino de História vê no conhecimento e compreensão do passado, em relação ao presente, os caminhos para desenvolver esses sujeitos.

Diante disso, podemos imaginar as possibilidades de transformação advindas de sujeitos empoderados, com consciência histórica e capacitados para a comunicação dialógica para novas relações sociais e para a constituição de mudanças efetivas que cooperem para o coletivo.

Enxergar a comunicação como um eixo transversal da didática, é propor outra forma de conviver e organizar o ambiente escolar, diferente da forma que temos. E as aulas de História? São o ambiente propício para as mudanças e transformações humanas, afinal um de seus principais objetos de estudo trata das transformações humanas ao longo do tempo.

Abigail Ferraz é Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Contato: abigail.borges@acad.pucrs.br

Cristina Cavalcanti é Mestre em Educação pela Unilasalle.
Contato: crisccavalcanti@gmail.com

Artigo recebido em: 13-09-2021
Aprovado em: 29-10-2021

Como citar este texto: FERRAZ, Abigail; CAVALCANTI, Cristina. Diálogos entre História e Educomunicação: Contribuições para o Ensino de História. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 07, nº 01, p. 154-168, 2021.

REFERÊNCIAS

MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

PACHECO, Larissa Cristina; DOS SANTOS, Regma Maria. **Educomunicação e o Ensino de História**. Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras, p. 39, 2016.

SOARES, Donizete. **Educomunicação: o que é isto**. Instituto Gens de Educação e Cultura, São Paulo, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. **A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico**. Comunicação & Educação, v. 21, n. 1, p. 13-25, 2016.

_____. **Educação midiática e políticas públicas: vertentes históricas da emergência da educomunicação na América Latina**. In SOARES, Ismar; VIANA, Claudemir; XAVIER Jurema (Orgs). Educação Midiática e Política Pública. São Paulo, ABPEducom, 2014, pg. 19-29.

_____. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, n. 19, p. 12-24, 2000.

_____. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. Comunicação & Educação, n. 23, p. 16-25, 2002.